

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento/serviços Técnicos Atuariais, para atender as necessidades do FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO
1.3	Fundamentação legal:	Dispensa de Licitação na forma eletrônica nos termos do Art. 75, inciso II da Lei nº14.133/21; Decreto Municipal nº 1.942 de 09/01/2023 e nº 2.643 de 11/01/2024, sem prejuízo das demais normas aplicadas.
1.4	Período:	1 ano
1.5	Tipo:	MENOR PREÇO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21

1.6 Aquisição/Serviço de Assessoria e Consultoria Técnica Atuarial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de Empresa especializada em estudos, assessoria e consultoria na área atuarial previdenciária, visando atender as necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo, bem como à elaboração do relatório anual de avaliação atuarial , elaboração e entrega do DRRA ao Ministério da Previdência Social, referente ao exercício de 2025 (BASE DE DADOS 2024). e apresentação de minuta de lei com cenários e planos de custeio que proporcionem o equacionamento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, eventualmente apurado com o estudo apresentado pela empresa.	17230	SERV	01

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 A prestação de serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que se JUSTIFICA como imprescindível na averiguação da viabilidade, planejamento e organização dos planos de custeio e de benefícios,

fazendo-se imperiosa. O trabalho tem por objetivo a constante busca do equilíbrio das contas do Regime Próprio de Previdência Social — RPPS é fundamental para assegurar a qualidade da sua gestão e garantir que os segurados não sejam frustrados em suas expectativas de receber os benefícios da aposentadoria. Assim, faz-se necessário reconsiderar o ritmo das concessões de benefícios, reavaliar os requisitos para concessões de benefícios e pensões, revisar a base cadastral dos sistemas para depurá-la e atualizá-la, visando melhorar a precisão dos cálculos atuariais em razão da necessidade deste Instituto.

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Este documento visa à contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da Legislação Previdenciária, incluindo, mas não se limitando ao artigo 40 da Constituição Federal; às Leis Federais nº 9.717, de 27/11/1998 e nº 10.887, de 18/06/2004; à Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; aos artigos 26, 27 e 28 da Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022; bem como à Lei Municipal nº 3.400/2004 e suas alterações. Esses normativos estabelecem a necessidade de compliance legal para obtenção e renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), essencial para a continuidade e credibilidade do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

2.3 Os serviços solicitados envolvem a realização de estudos atuariais e atividades correlatas, de maneira a permitir uma análise precisa e atualizada do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do município de Nova Friburgo. Esse trabalho técnico é fundamental para garantir uma gestão previdenciária que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial, promovendo a sustentabilidade do regime conforme as exigências constitucionais e normativas.

2.4 Dada a ausência de profissionais técnicos especializados no quadro de colaboradores municipais, é indispensável a contratação de empresa especializada para a execução dessas atividades. Essa contratação permitirá ao Fundo de Previdência realizar uma avaliação robusta do RPPS, possibilitando a adoção de medidas estratégicas para sua sustentabilidade a longo prazo, em conformidade com as melhores práticas e requisitos legais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 **Fundamentação:** (Ver inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

3.2 Com base no levantamento de mercado realizado e na estimativa de preços prévia apresentada no item anterior deste ETP, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação de uma empresa com capacidade técnica comprovada para elaborar o cálculo atuarial referente ao exercício financeiro de 2025, base 2024. O objetivo é atender integralmente às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ, garantindo o cumprimento das exigências legais e a manutenção da regularidade do CRP.

3.3 A solução proposta envolve os seguintes elementos:



- Cálculo do valor presente das obrigações e das receitas futuras do RPPS, incluindo as Provisões Matemáticas necessárias para assegurar o pagamento dos benefícios conforme a legislação local;
- Parecer conclusivo do atuário responsável sobre a situação atuarial do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo;
- Avaliação da qualidade da base cadastral, com ênfase em sua atualização, amplitude e consistência;
- Análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo;
- Fluxo anual projetado de receitas e despesas do RPPS para um período de 75 anos ou até sua extinção.
- **Preenchimento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA** no sistema do Ministério da Previdência Social.
- **Relatório Estatístico:**
 - Estatísticas sobre sexo, idade, tempo de serviço, remuneração e proventos de inatividade, abrangendo a massa de segurados ativos, inativos e pensionistas.
- **Relatório de Análise Crítica do Banco de Dados dos Segurados do RPPS:**
 - Observações sobre a qualidade e inconsistências na base de dados dos segurados, fornecida pelo Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.
- **Nota Técnica Atuarial:**
 - Definição das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas;
 - Modalidade dos benefícios assegurados e critérios de concessão;
 - Regimes financeiros e métodos de financiamento, incluindo os cálculos atuarialmente necessários para cada tipo de benefício;
 - Metodologia para o cálculo de benefícios futuros, contribuições e reservas de natureza atuarial.
- **Assessoria Atuarial:**
 - Elaboração do Demonstrativo das Projeções Atuariais do RPPS, em conformidade com as exigências do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);
 - Acompanhamento e assessoria na elaboração de respostas a questionamentos de órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas e o Ministério da Previdência Social;
 - Assessoria na regularização do CRP junto ao MPS, fornecendo orientações sobre a metodologia e procedimentos necessários para a concessão e manutenção do CRP.
- **Gestão da Liquidez Previdenciária:**
 - Acompanhamento da liquidez do RPPS para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema;
 - Elaboração de pareceres técnicos sobre questões previdenciárias, conforme solicitado.

3.4 Considerando as condições estabelecidas, a contratação se amolda à hipótese de Dispensa de Licitação prevista no Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, por atender ao valor máximo permitido para a



contratação sem licitação (R\$ 59.906,02), conforme atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

3.5 A Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de dispensa de licitação em determinadas situações, como no caso de serviços cuja natureza justifique a contratação direta. Neste contexto, o valor estimado para a contratação é de R\$ 10.046,00, dentro do limite estabelecido para a dispensa. Cabe ressaltar que, apesar da contratação direta, o procedimento será formalizado de maneira a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com a devida publicação no sítio eletrônico oficial e a possibilidade de recebimento de propostas adicionais, conforme exigido pela legislação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Para a contratação dos serviços técnicos especializados, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 **Experiência comprovada** na prestação de serviços de estudos atuariais e assessoria para RPPS, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou entidades similares.

4.1.2 O Atuário legalmente responsável deverá comprovar experiência mínima de 3(três) anos, nos últimos 5(cinco) anos anteriores à data de realização do certame

4.1.3 Registro regular em órgãos ou conselhos profissionais aplicáveis (como o Instituto Brasileiro de Atuária, se aplicável)

4.1.4 Capacidade de fornecer soluções alinhadas às normas do Ministério da Previdência Social, Constituição Federal, legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.

4.2 Requisitos da Equipe Técnica:

4.2.1 A equipe responsável pela execução do contrato deve:

4.2.2 Ser composta por **atuários qualificados**, registrados no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA)

4.2.3 Incluir profissionais com experiência em análise atuarial e compliance previdenciário.

4.2.4 Demonstrar expertise em estudos sobre equilíbrio financeiro e atuarial de RPPS.

4.3 Escopo dos Serviços:

4.3.1 Os serviços contratados devem abranger:

4.3.1 Avaliação atuarial anual para projetar a sustentabilidade do RPPS.

4.3.2 Atualização de dados e parâmetros necessários para manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

4.4 Elaboração de Relatórios Técnico:



4.4.1 Documentos que atendam aos requisitos da Portaria MTP nº 1.467/2022 e outras normativas aplicáveis pelo Ministério da Previdência Social.

4.4.2 Relatórios que subsidiem a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

4.5 Prazos e Entregas:

4.5.1 **Cronograma detalhado** das entregas, com prazos específicos para cada etapa dos serviços.

4.5.2 Garantia de resposta ágil a solicitações adicionais feitas pelo Fundo de Previdência Social.

4.6 Conformidade Legal e Normativa

4.6.1 A empresa deve estar atualizada com as **exigências da legislação previdenciária**, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e normativas do Ministério da Previdência Social.

4.7 Critérios de Seleção e Contratação

4.7.1 **Menor preço**, dependendo da complexidade dos serviços exigidos.

4.7.2 Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

4.7.3 Avaliação de propostas com base em critérios objetivos, como experiência e capacidade técnica comprovada.

4.8 Garantia de Qualidade e Resultados

4.8.1 A contratada deve oferecer mecanismos de controle de qualidade para assegurar a precisão dos estudos e a adequação às normas aplicáveis.

4.8.2 Garantia de que os serviços realizados sejam suficientes para elaboração e entrega do DRA ao Ministério da Previdência Social.

4.9 Esses requisitos são fundamentais para assegurar que o contrato atenda às necessidades legais, normativas e estratégicas do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega/execução é de 15 (quinze) dias úteis, contados do dia seguinte ao da homologação da base de dados financeiros, cadastrais e previdenciários.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os serviços deverão ser entregues por e-mail do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ (fundoprev.pmnf@gmail.com).

5.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8 A garantia legal ou contratual da prestação de serviços tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.9 O contrato será vigente por 1 (um) ano, caso seja apontado alguma irregularidade pelo Ministério da Previdência Social ou até exaurir todo o objeto do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 07.032.277/0001-45, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO, CEP.: 28613-001.

7.2 O relatório da avaliação atuarial deverá ser entregue por e-mail: Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo fundoprev.pmnf@gmail.com

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 3116, de 19 de setembro de 2024, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 3116/2024, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 3116, de 19 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa licitatória, com fundamento na hipótese do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social



no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.3 Qualificação técnica.

A. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado(s) fornecido(s) por Institutos ou Fundos de Previdência Social públicos, para as quais tenha a LICITANTE executado serviços atuariais.

B- O Atuário legalmente responsável pelo plano de benefícios designado pela empresa deverá comprovar registro profissional (MIBA) junto ao Instituto Brasileiro de Atuária-IBA;

C - O Atuário legalmente responsável deverá comprovar experiência mínima de 3(três) anos, nos últimos 5(cinco) anos anteriores à data de realização do certame;

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato e cumprir fielmente com o presente termo;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento da prestação de serviços objeto do edital;
- d) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega da prestação de serviços;
- e) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na dispensa de licitação;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução da prestação de serviços;

- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- i) Comunicar ao Fundo de Previdência a existência de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer referente ao cumprimento do presente termo durante sua vigência.
- j) Permitir e facilitar ao Fundo de Previdência a inspeção pela fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução do objeto contratado.
- k) Apresentar Nota Fiscal no endereço indicado pelo Contratante, com termo de recebimento e aprovação emitida pelo Fundo de Previdência.
- l) Responder por perdas e danos a qualquer prejuízo que venha a causar ao Fundo de Previdência ou a terceiros, em razão de ação ou omissão de seus funcionários, sendo doloso ou culposos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.
- m) Manter durante toda a execução do serviço as condições inicialmente pactuadas.
- n) Levantamento de dados cadastrais a serem utilizados, contendo informações individuais de servidores ativos, inativos, pensionistas, dependentes, ex-servidores e tipo de benefícios;
- o) Análise qualitativa dos dados cadastrais, visando detectar eventuais ruídos de informação e geração de relatório detalhado com os resultados da análise qualitativa;
- p) Análise estatística dos dados cadastrais, de forma a observar principalmente as características que influenciam os custos do plano;
- q) Definição das hipóteses biométricas, das hipóteses financeiras, das hipóteses de composição familiar, da taxa de juros, das taxas de crescimento real de salários e de benefícios. Tais definições deverão ser efetuadas em conjunto com a Prefeitura e o RPPS.
- r) Parecer Atuarial referente as reservas matemáticas e a solvência do Plano de Benefícios concedidos;
- s) Cálculos de Reservas Matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos;
- t) Elaboração de Nota Técnica Atuarial, contendo a metodologia e bases técnicas utilizadas;
- u) Cálculo de custeio de equilíbrio pelo método agregado de capitalização;
- v) Elaboração de Relatório Anual de Avaliação Atuarial, onde constarão os resultados da análise qualitativa dos dados cadastrais, as características dos benefícios do plano, o Plano de Custeio vigente, a descrição das hipóteses do plano, os resultados dos cálculos atuariais (Valor Presente dos Benefícios Futuros, Valor Presente das Contribuições Futuras, Valor Presente das Receitas Futuras de Compensação Previdenciária, Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, Deficit ou Superavit Atuarial e custeio de equilíbrio do Plano), as Projeções Atuariais do Fluxo financeiro Futuro anual de receitas e despesas e o Parecer Atuarial conclusivo.
- w) Elaboração de Plano de Financiamento Previdenciário e apresentação de cenários de Planos de Custeio que proporcionem o Equilíbrio Atuarial do RPPS, conforme exigido pelo artigo 40 da Constituição Federal. Tais cenários deverão ser suficientes para financiar integralmente os compromissos futuros do RPPS. Incluídos, quando for o caso, a elaboração e a simulação de vários cenários para escolha pelo Município de Nova Friburgo, com a respectiva apresentação das minutas de anteprojetos de lei para envio à Câmara Municipal, no caso de necessidade de alteração da lei vigente.
- x) Entrega do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA ao Ministério da Previdência Social, conforme determina os Artigos 26, 27 e 28 da Portaria MTP nº 1467, de 02/06/2022, diretamente ao



Ministério da Previdência Social, através do sistema CADPREV, referente à data base de 31.12.2023, datado e assinado por Atuário Responsável com inscrição no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e retificação do DRRA, quantas vezes se fizerem necessárias, para atendimento, frente as normas do MPS, bem como fornecimento de subsídios técnicos para formulação de respostas a(s) Notificação (ões) de Irregularidade (s) Atuarial (is) – NIA, eventualmente (s) emitida(s) pelo Ministério da Previdência Social em decorrência da entrega do DRAA;

- y) Reuniões e visitas quando se fizerem necessárias. Poderão ser realizadas reuniões periódicas, quando necessárias, para definição das hipóteses e apresentação dos resultados. Tais reuniões serão realizadas na sede da contratante às expensas da Contratada ou de forma remota.
- z) O pagamento será realizado conforme dispõe o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, em parcela única, ou seja, à vista. No entanto, a prestação de serviço poderá ocorrer no decorrer no período de 12 (doze) meses de acordo com o cumprimento da demanda e exigência de órgãos externos.

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues, visando atender a necessidades do Fundo de Previdência Social;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no procedimento de dispensa de licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) fornecer, conforme modelos disponibilizados pela Contratada, todas as informações necessárias à consecução dos serviços previstos neste contrato, inclusive relativas aos dados cadastrais e financeiros dos servidores ativos e inativos, dos pensionistas, bem como aos elementos técnico-jurídicos que possam influir nas análises pertinentes;
- e) corrigir as informações disponibilizadas, tantas vezes quanto forem necessárias, conforme entendimento e orientação da contratada;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- g) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- i) demais condições constantes do contrato de dispensa de licitação;
- j) Apresentar a base de dados cadastrais a serem utilizadas, contendo informações individuais de servidores ativos, inativos, pensionistas, dependentes, ex-servidores e tipo de benefícios, conforme layout apresentado pela empresa, conforme modelo padrão do Ministério da Previdência Social.
- k) autorizar o preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) no site do Ministério da Previdência S, mediante envio para a **CONTRATADA** de cópia do Ofício encaminhado ao MPS, devidamente assinado pelo Prefeito e pelo representante do RPPS.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
 - 10.3.1 advertência;
 - 10.3.2 multa;
 - 10.3.3 impedimento de licitar e contratar;
 - 10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;
- 10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- 10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;



10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 Fundamentação: (Conforme inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/21).

A estimativa do valor da contratação nos Estudos Técnicos Preliminares (ETPs) tem por objetivo registrar o custo estimado da solução escolhida, possibilitando à Administração Pública avaliar a viabilidade econômica e a adequação orçamentária da contratação. Vale destacar que essa estimativa não se confunde com a pesquisa de preço utilizada para verificar a conformidade e aceitabilidade das propostas.

Neste contexto, a contratação de empresa especializada em estudos, assessoria e consultoria na área atuarial previdenciária visa atender às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo, especificamente para a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Atuarial, a entrega do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) ao Ministério da Previdência Social referente ao exercício de 2025 (com base nos dados de 2024), e a apresentação de minuta de lei contendo cenários e planos de custeio para o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme identificado nos estudos atuariais.

Dado o alto grau de complexidade do objeto, a opção pela contratação de uma empresa especializada se mostra a solução mais adequada às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ, conforme verificado no levantamento de mercado. Assim, a estimativa de preços preliminar serve como uma referência inicial do investimento necessário para a implementação dessa solução.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Fundo de Previdência Social	37001.0927200982.256	1802	339035

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Finanças.

Nova Friburgo/RJ, 27 de novembro de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<div> <div></div> <div> Claudia Cristina de Assis Serra Matr.: 62.960 </div> </div>	<div> <div></div> <div> Camila Rufino Constantino Matr.:115.134 </div> </div>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo o **PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acuerdo:

Isabela Lemgruber Asth
Gestora do Fundo de Previdência Social
Matr.:115.133